

CONSIDERAÇÕES TEMPORAIS E ESPACIAIS SOBRE O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) EM PAULICÉIA/SP¹

TIME AND SPACE CONSIDERATIONS ABOUT THE FOOD ACQUISITION PROGRAM (PAA) IN PAULICÉIA / SP

Guadalupe Brandão de Souza Gomes²

Rosemeire Aparecida de Almeida³

RESUMO: Este artigo tem como objetivo destacar a importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que tem como finalidade promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, como sendo uma política pública fundamental para a permanência do sujeito no campo e essencial para a concretização da educação do/no campo. Atualmente o PAA é composto por seis modalidades operacionalizadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em parceria com estados e municípios. Apresentaremos as considerações temporais e espaciais sobre o PAA no município de Paulicéia-SP destacando os resultados da modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS), modalidade na qual o PAA está presente no município. Analisando os dados da CONAB, no período de 2010 a 2015, foi possível perceber a importância da Reforma Agrária como fornecedora do PAA em Paulicéia e também a queda no valor total da compra dos produtos adquiridos em relação ao ano de 2015, quando comparado ao ano anterior. Situação preocupante que aponta a necessidade de aprofundar as investigações acerca do programa a fim de melhor explicar a referida oscilação.

PALAVRAS-CHAVE: Programa de Aquisição de Alimentos; Política Pública; Educação do/no Campo; Agricultura Familiar; Companhia Nacional de Abastecimento.

ABSTRACT : This article aims to highlight the importance of the Food Acquisition Program (PAA) which aims to promote access to food and encourage family farming, as a fundamental public policy for the permanence of the subject in the field is essential to the achievement education of / in the field. Currently the PAA consists of six modes operational

¹ Artigo elaborado a partir do Trabalho Final de Conclusão de Curso da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação do Campo.

² Especialista em Educação do Campo pela UFMS/CPTL. Correio eletrônico: guadalupe_bsg@hotmail.com

³ Doutora em Geografia pela UNESP e professora dos cursos de graduação e de pós-graduação em Geografia. Professora orientadora do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação do Campo UFMS/CPTL. Correio eletrônico: raaalm@gmail.com

zed by the National Supply Company (Conab) in partnership with states and municipalities. Present the temporal and spatial considerations of the PAA in the municipality of Paulicéia-SP highlighting the results of the buy mode with Simultaneous Donation (CDS), a form in which the PAA is present in the city. Analyzing data from Conab, the 2010-2015 period, it was possible to realize the importance of agrarian reform as a supplier of PAA in Paulicéia and also the decline in the total value of the purchase of products purchased from the year 2015 when compared to year previous. Worrying situation points to the need to undertake further research about to better explain this oscillation program.

KEYWORDS: Public Policy; Program of Food Acquisition; Education of/in the Field; Family farming; National Supply Company.

INTRODUÇÃO

O Programa de Aquisição de alimentos (PAA) é uma política pública voltada para a permanência do sujeito no campo porque “sinaliza um novo estágio no que se refere às políticas de fortalecimento da agricultura familiar, sobretudo porque abre um canal de comercialização para essa categoria social, garantindo a aquisição de seus produtos” que se dá “pelo Estado por meio de mecanismos diferenciados” onde a “garantia de comercialização traz um novo alento a essas famílias, que podem lançar mão de suas especificidades, de seus valores e suas práticas locais para articular-se com diversos públicos consumidores”. (GRISA, SCHMITT, MATTEI, MALUF, LEITE, 2011, p. 37).

Esta pesquisa tem como objetivo destacar a importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que de acordo com a CONAB tem como finalidade promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, sendo uma política pública fundamental para a permanência do sujeito no campo e essencial para a concretização da educação do/no campo.

A Educação do/no Campo encontra-se em um processo de construção e para entender de onde surgiu este conceito “é necessário salientar que a Educação do Campo nasceu das demandas dos movimentos camponeses na construção de uma política educacional para os assentamentos de reforma agrária” e assim “dessa demanda também nasceu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e a Coordenação Geral de Educação do Campo.” Vale ressaltar que

apesar de diferentes, a Educação do Campo e a Educação na Reforma Agrária, contemplam a mesma ideia de que a educação é “parte essencial para o desenvolvimento do campo.” (MOLINA, 2006, p. 28).

Neste artigo apresentaremos as considerações temporais e espaciais sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no município de Paulicéia-SP, destacando os resultados da modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS). Modalidade na qual o PAA está presente no município por intermédio das associações compostas por produtores fornecedores oriundos da agricultura familiar e assentados da reforma agrária, nos períodos de 2010 a 2015, com exceção do ano de 2013, período pelo qual não consta registro no site da CONAB no item da transparência pública do PAA - sobre a participação do município no programa.

Por meio dessa pesquisa pretendemos responder as seguintes questões: qual é a realidade do PAA em Paulicéia? Quem são os sujeitos que vendem ao PAA em Paulicéia? O que vendem? Quem são os consumidores do PAA? Por que Paulicéia não participou do PAA em 2013?

A realização dessa pesquisa se deu através de levantamento bibliográfico; consultas realizadas em sites oficiais para obtenção de dados em relação à temática abordada; coleta de informações junto aos representantes da CATI, e da Coordenadoria Municipal de Assistência Social de Paulicéia.

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar são as finalidades básicas do PAA, criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 e regulamentados pelos Decretos nº 7.775, de 04 de julho de 2012 e nº 8.223, de 12 de agosto de 2014. Para alcançar essas finalidades o programa:

Compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede sócio assistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. Além disso, o

programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo. (CONAB, 2016).

Além disso, o PAA está inserido em um dos eixos articuladores do Programa Fome Zero (PFZ): o fortalecimento da agricultura familiar. O programa é também uma das ações que compõem o Plano Brasil Sem Miséria (BSM). Os recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é que constitui o orçamento do PAA, que vem sendo executado por estados e municípios em parceria com a CONAB e com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (CONAB, 2016)

Para atingir as finalidades básicas do PAA, quais sejam promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, o programa atua em seis modalidades operacionalizadas pela CONAB, sendo: 1) Compra Direta com o “limite de **R\$ 8.000,00 (oito mil reais)** por ano e por unidade familiar e **R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)** por Organização Fornecedora; 2) Compra com Doação Simultânea (CDS) onde “cada beneficiário fornecedor (unidade familiar) tem o limite de participação anual de **R\$ 8.000,00 (oito mil reais)** e as organizações fornecedoras têm o limite de **R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)** por ano”; 3) Apoio à Formação de Estoques (CPR-Estoque) com o limite é de **R\$ 8.000,00 (oito mil reais)** por ano e por unidade familiar e de **R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)** por Organização Fornecedora; 4) Apoio à Produção para o Consumo do Leite (PAA-Leite), 5) Compra Institucional sendo que “o limite é de **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)** por ano, por unidade familiar e **R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais)**, por ano, por órgão comprador”; e 6) Aquisição de Sementes “onde o limite é de **R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais)**, por ano, por unidade familiar e de **R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais)**, por ano, por organização fornecedora, respeitados os limites por unidade familiar”. (CONAB, 2016)

De acordo com a CONAB (2016), foram definidos em forma de manual os novos procedimentos em relação à modalidade CDS, onde as entidades fornecedoras precisam ter Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (DAP) Jurídica, sendo um requisito exigido para participação no programa. E “no caso de produtos orgânicos ou agroecológicos, o beneficiário deve ter Certificado no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos e as propostas de participação serão exclusivas, ou seja, não poderão conter produtos convencionais.”

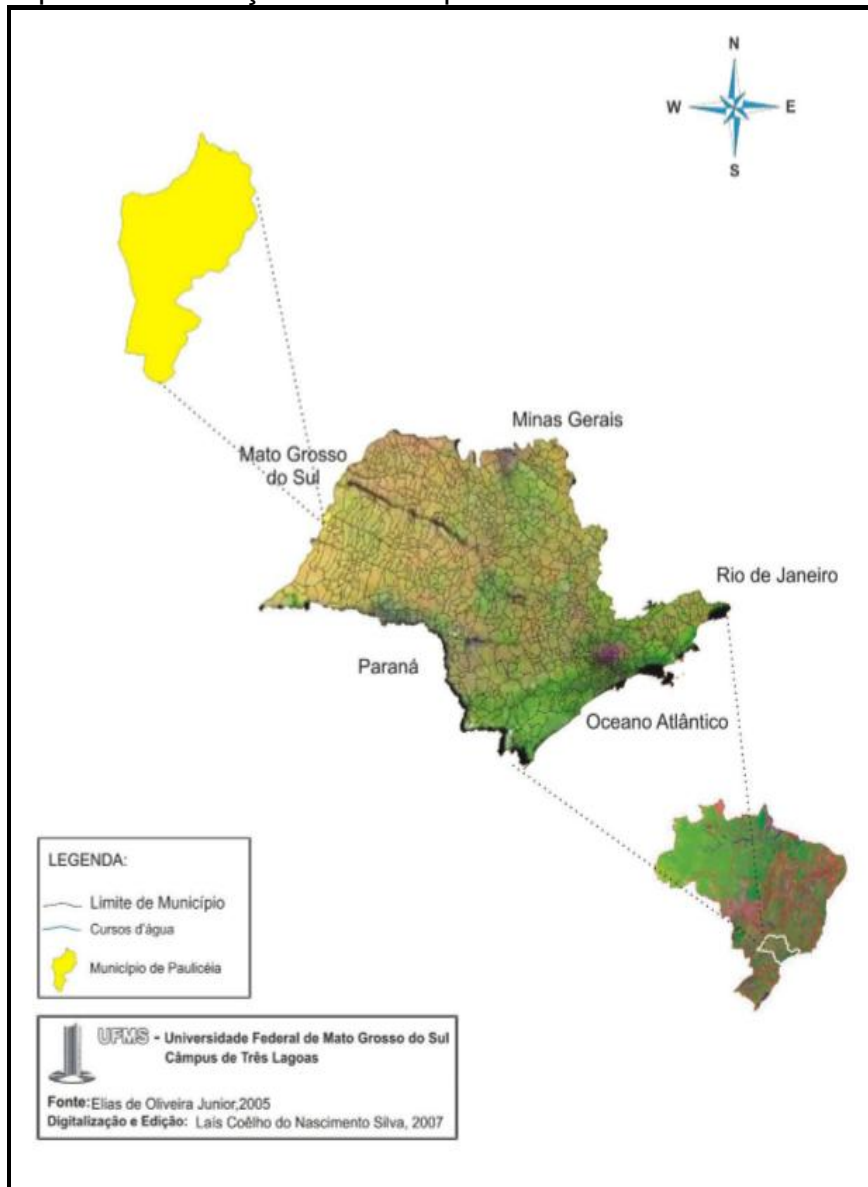
O MUNICÍPIO DE PAULICÉIA

O município de Paulicéia está localizado na região sudeste do Brasil, na porção Oeste do Estado de São Paulo (Figura 1), e integra a micro região de Dracena, que é composta pelos municípios de Dracena, Ouro Verde, Tupi Paulista, Junqueirópolis, Santa Mercedes, Panorama, Paulicéia, São João do Pau D' Alho, Nova Guataporanga e Monte Castelo.

O município de Paulicéia, localizado no estado de São Paulo-SP, faz fronteira com o estado do Mato Grosso do Sul-MS por meio do município de Brasilândia, tendo o rio Paraná como divisa natural, onde foi construída uma ponte para ligar os dois estados. Antes da construção e inauguração da ponte sobre o rio Paraná, a circulação de passageiros e veículos entre os estados de SP e MS, oriundas no município se dava através de uma balsa. (CAMACHO, 2008).

Com terras desmembradas de Gracianópolis, hoje município de Tupi Paulista, Paulicéia foi elevada a município pela Lei nº 233 de 24 de Dezembro de 1948, em 29 de Junho de 1947. Seu fundador Sr. Ezequiel Joaquim de Oliveira, juntamente com os primeiros moradores do município “tinham como objetivo fundar uma verdadeira metrópole às margens do Rio Paraná” (p. 308). Daí a adoção do cognome famoso da capital para denominar o nascente povoado: “Paulicéia”, que era um dos cognomes da cidade de São Paulo, popularizado pelo escritor de literatura Mário de Andrade, quando publicou seu livro intitulado “Paulicéia Desvairada”. (TORCATO, 2001 apud CAMACHO, 2008, p. 308).

Figura 01- Mapa de Localização do Município de Paulicéia-SP



Fonte: CAMACHO, Rodrigo S. (2008, p. 307)

Segundo Torcato (2001, apud CAMACHO, 2008), a economia na cidade de Paulicéia, se deu em três fases diferentes, sendo a primeira fase de 1947 a 1970, onde houve muito progresso, destacando principalmente as lavouras de café. Já a economia local dependia do cultivo do arroz, algodão, feijão e milho e o comércio tinha nessa época um total de vinte estabelecimentos varejistas. Na área industrial

do município havia a fabricação de tijolos, e atividades relacionadas à pesca. Nesta época também se iniciou a extração de areia, pedregulho e argila. O lazer e o turismo também tiveram início neste período. Diante disso, é possível perceber a importância do rio Paraná para o desenvolvimento da economia do município desde o princípio. Em relação à educação, o município contava com quatro unidades escolares sendo uma unidade na zona urbana, e três unidades na zona rural. Foi estimado pelo censo de 1950 que 57% da população eram alfabetizadas. Em 1970 o total estimado da população segundo o IBGE (1970) era de 9.190 habitantes, dos quais 2647 viviam na zona urbana e 6543 viviam na zona rural. Mesmo com o progresso da economia do município, segundo depoimentos de moradores, nesta época também houve muitos tumultos e muitas mortes devido às disputas pela posse de terras.

Em 1971, ano em que se refere à segunda fase da economia que durou até meados de 1986, a cidade enfrentou muitas dificuldades, pois também sofreu as consequências do Golpe Militar, a qual houve uma priorização por parte do governo para a industrialização e a agricultura para a exportação. Nesta época, as pessoas começaram a deslocar-se para os grandes centros, principalmente para as cidades de Campinas e São Paulo, em razão da mecanização da agricultura, que possibilitou o aumento da demanda de mão-de-obra para novas indústrias se instalarem nas grandes cidades. Devido a estes acontecimentos, “os grandes proprietários conseguiram sobreviver através da mecanização agrícola enquanto que aos pequenos proprietários restou como solução a venda de suas terras para os latifundiários”, fazendo com que a queda no número de pequenos proprietários chegasse a atingir a casa dos 73%, segundo a CATI. (TORCATO, 2001, apud CAMACHO, 2008, p. 310).

De 1986 a 2000, período que se refere à terceira fase da economia do município, o plano cruzado foi propício para instalação de novas empresas, devido o congelamento dos preços e a estabilização da moeda. Foi à época em que vários investidores se lançaram no setor secundário da economia com a instalação de novas indústrias de cerâmicas para a fabricação de tijolos, em razão da grande quantidade de matéria prima “argila” existente às margens do rio Paraná. Quanto ao

setor rural “permaneceu o predomínio dos latifúndios, onde a atividade era quase exclusivamente pecuária. Entretanto, a formação de dois assentamentos no município marcou a possibilidade de reativação da agricultura. (TORCATO, 2001, apud CAMACHO, 2008, p. 311).

Quanto à formação dos assentamentos o autor afirma que:

O primeiro projeto é o assentamento Santo Antônio, sua conquista aconteceu quando um grupo de trabalhadores rurais, no ano de 1993, ligados ao MST, ocupou a fazenda Santo Antônio, lutando por espaço para poder trabalhar e sobreviver [...]

Com relação à formação do assentamento Buritis, ele é resultado da formação do lago da hidrelétrica Sérgio Motta que provocou a inundação de propriedades ribeirinhas junto ao rio Paraná. Muito desses proprietários foram assentados na antiga fazenda Buritis [...] (TORCATO, 2001, apud CAMACHO, 2008, p. 311 e 312)

Em relação à atual economia do município, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), o Produto Interno Bruto (PIB) do município, no ano de 2013, teve um valor de aproximadamente 178 mil reais, onde do total 33% corresponderam ao setor de serviços, 34% ao setor industrial, 18% ao setor agropecuário e 15% ao setor da Administração Pública.

Atualmente, no setor industrial do município, destaca-se a produção de tijolos por cerâmicas e olarias e a produção de álcool pela Usina Caeté S/A Unidade Paulicéia. No setor de agropecuária destaca-se o gado de corte, a produção de leite, o arrendamento de terras para o cultivo da cana de açúcar e a agricultura familiar. O município também recebe grandes quantidades de turistas em razão do rio Paraná, beneficiando alguns setores de serviço do comércio local.

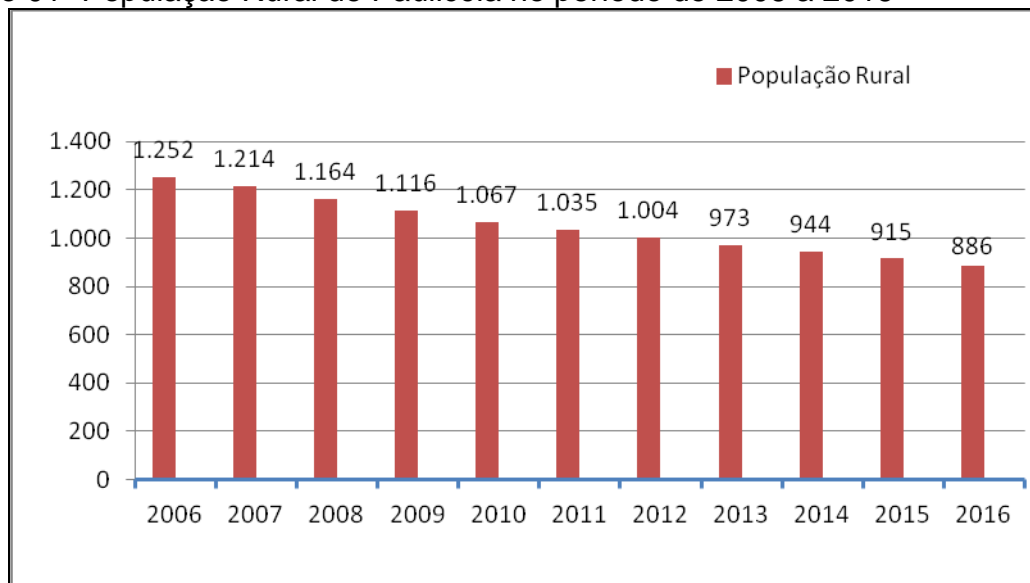
Em relação à educação atual, o município conta com cinco unidades escolares sendo uma unidade escolar estadual de ensino fundamental II e ensino médio, uma escola municipal do ensino fundamental I, uma escola municipal de educação Infantil e duas creches municipais. Todas as unidades escolares estão situadas na zona urbana, enquanto que a zona rural não possui nenhuma unidade escolar.

Quanto à população atual de acordo com os dados do (IBGE, 2016), o município conta com um total de estimado de 7.065 habitantes, sendo

predominantemente urbana (87%) de acordo com os dados do Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE, 2016).

No gráfico 01 podemos analisar a quantidade da população rural do município desde o ano de 2006, período de instalação da Usina produtora de álcool em Paulicéia, até os dias atuais conforme dados do SEADE (2016):

Gráfico 01- População Rural de Paulicéia no período de 2006 a 2016



Fonte: SEADE, 2016. Org.: GOMES, Guadalupe B. S.

Podemos observar no Gráfico 01, que durante o período de 2006 á 2015, houve apenas queda na quantidade da população rural do município, calculando uma redução de 366 habitantes ao longo de todo o período.

A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE PAULICÉIA ATUALMENTE

Baseado na metodologia proposta por Camacho (2008), e atualizando a estrutura fundiária do município de Paulicéia, de acordo com os dados disponibilizados pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), verificamos que o município conta com um espaço rural total de 28.025,30 hectares, sendo 151 propriedades particulares, 56 propriedades do reassentamento da CESP, e 62 propriedades do assentamento Regência e Santo Antônio.

A Tabela 01 apresenta a soma total da estrutura fundiária do município de acordo com as modalidades das propriedades:

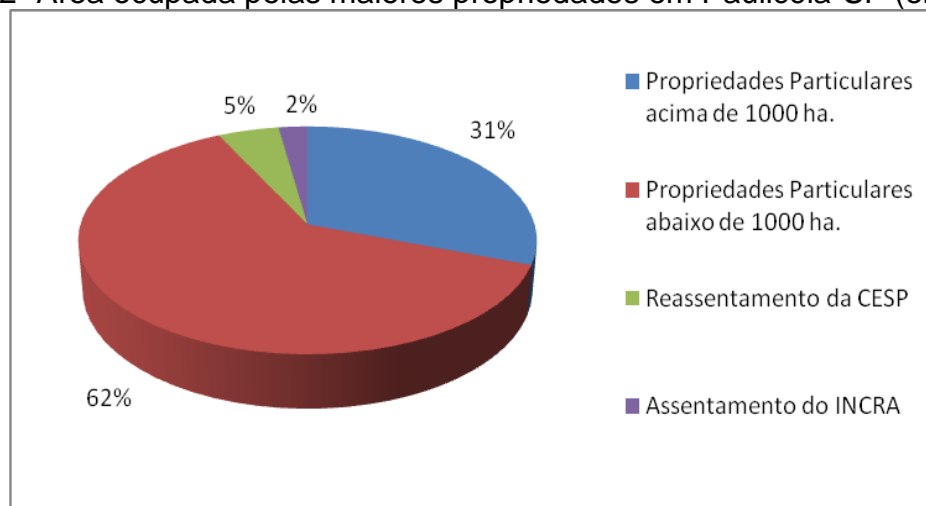
Tabela 01- Soma Total da estrutura fundiária do município de Paulicéia

Modalidade da Propriedade	Soma total das áreas ocupadas pelas propriedades (ha)	Total das áreas ocupadas pelas propriedades (%)
Propriedades Particulares	25.986,20	93%
Reassentamento da CESP	1.384,20	5%
Assentamento do INCRA	654,90	2%
Total do espaço rural	28.025,30	100%

Fonte: CATI de Paulicéia, 2016. Org.: GOMES, Guadalupe B. S.

Podemos observar no Gráfico 02 a seguir, a concentração fundiária existente no município de Paulicéia, como Camacho (2008) constatou anteriormente, ao analisar a estrutura fundiária do município.

Gráfico 02- Área ocupada pelas maiores propriedades em Paulicéia-SP (em %)



Fonte: CATI de Paulicéia, 2016. Org.: GOMES, Guadalupe B. S

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA), NO MUNICÍPIO DE PAULICÉIA-SP: CONSIDERAÇÕES TEMPORAIS E ESPACIAIS

Atualmente o PAA está presente no município de Paulicéia na modalidade Compra para Doação Simultânea, por meio da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Regência, constituída por agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Analisando os dados no site da CONAB, no item transparência pública do PAA, verificamos que os períodos disponíveis para consulta eram apenas de 2010 a 2016. Observamos que o estado de SP possui registros de participação no programa desde o ano de 2010 a 2015, em relação ao período disponível para consulta.

Baseado na metodologia de Medeiros (2016, p. 06), a tabela 02 apresenta os resultados da participação do estado de SP no PAA no período de 2010 a 2015, referente ao valor total da compra de alimentos, bem como o total anual de Células de Produtor Rural (CPRs), “que é um título de promessa de entrega de produtores rurais”.

Tabela 02- Total de CPRs e total da compra de alimentos pelo PAA no estado de SP

Ano	Quantidade de CPRs	Valor Total R\$
2010	80	16.082.576,00
2011	271	42.923.450,76
2012	316	57.611.810,91
2013	157	51.235.172,46
2014	297	95.484.966,71
2015	130	50.445.050,18
Total	1251	313.783.027,02

Fonte: Transparência do PAA-CONAB, 2016. Org.: GOMES, Guadalupe B. S.

Constatamos que o município de Paulicéia também possui registros de participação no PAA desde o ano de 2010 a 2015, com exceção do ano de 2013, período que não consta registro de participação do município no programa.

No ano de 2010, o PAA de Paulicéia foi desenvolvido pela mediação da Associação dos Agricultores Familiares do Projeto de Assentamento Regência do

Município de Paulicéia. Já no ano de 2011 foram três associações, entre as quais Associação dos Agricultores Familiares do Projeto de Assentamento Regência do Município de Paulicéia; Associação dos Agricultores familiares do Projeto de Assentamento Santo Antônio; e Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Regência. Nos anos de 2012 e 2014 foram apenas a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Regência e a Associação dos Agricultores Familiares do Projeto de Assentamento Regência do Município de Paulicéia, visto que no ano de 2013 não houve participação do município de Paulicéia no PAA.

Segundo Veloso (2015, p.10-11), em pesquisa realizada com os agricultores familiares do assentamento Regência do município de Paulicéia, foi apontado que “uma das maiores dificuldades com o programa sempre foi à entrega dos produtos, visto que o PAA foi reativado somente no ano de 2014, após a Prefeitura Municipal firmar acordo de enviar um caminhão para a coleta semanal dos produtos.” Tal acordo se deu em razão das “mudanças na normativa da CONAB quanto à distribuição.” Onde os municípios tiveram de se adaptar a “essa realidade de centralização na escala local num único órgão, Banco de Alimentos e/ou Fundo Municipal de Assistência Social para receber, pesar, separar e destinar os produtos para as entidade e famílias [...]” visto que a coleta dos produtos nos assentamentos anteriormente se dava através de “caminhões fretados” enviados por entidades religiosas dos municípios de Panorama e Ouro Verde.

Já no ano de 2015, a mediação do programa no município se deu apenas pela Associação dos Agricultores Familiares do Projeto de Assentamento Regência do Município de Paulicéia. Todas as associações participantes do PAA em Paulicéia que foram citadas são cadastradas no programa como entidades proponentes e são compostas por agricultores familiares e assentados da reforma agrária. (CONAB, 2016)

A tabela 03 apresenta os resultados do PAA no município de Paulicéia de acordo com o total de fornecedores participantes das entidades proponentes, bem como o valor total da aquisição dos produtos:

Tabela 03- Resultados do PAA no município de Paulicéia nos anos de 2010 á 2015

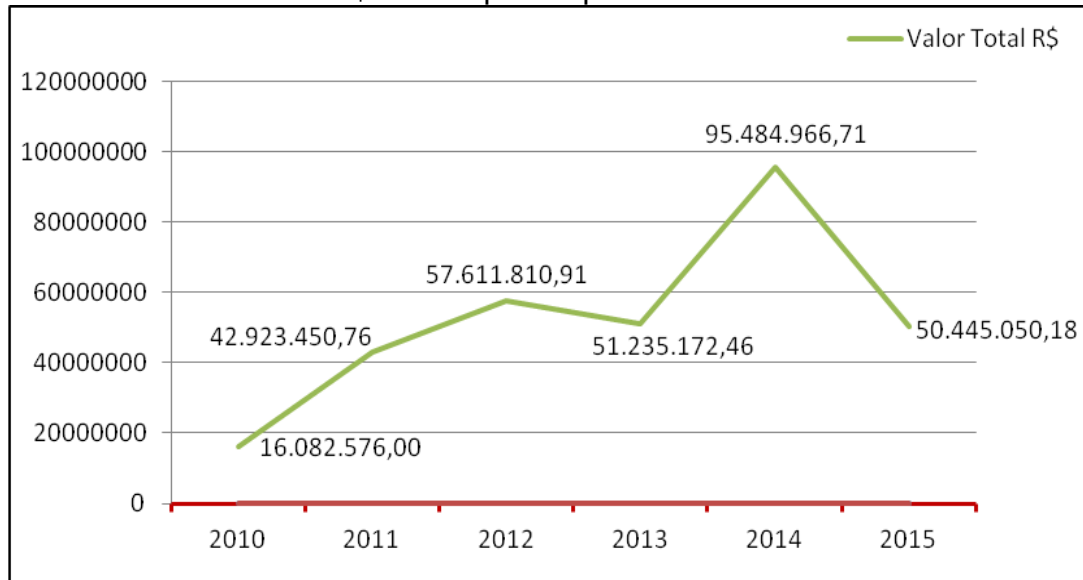
Ano	Quantidade de Entidades Proponentes	Total de Fornecedores Participantes	Valor total (R\$)
2010	01	16	67.680
2011	03	89	374.470
2012	02	73	308.788
2014	02	72	446.400
2015	01	21	168.00
Total	09	271	1.197.338

Fonte: Transparência do PAA-CONAB, 2016. Org.: GOMES, Guadalupe B. S.

Na tabela 03, podemos observar que o PAA no município contou com a participação de até três associações cadastradas como entidades proponentes, constando apenas uma única associação no ano de 2015. Segundo informações prestadas pelo representante da CATI (2016) em Paulicéia, acredita-se que tal situação se deu por diversos fatores como o não cumprimento do contrato, ou seja, não conseguiu cumprir com o compromisso de entrega dos produtos, dificuldades na prestação de contas, e dificuldades de desempenho na organização de documentos para o desenvolvimento do programa, o que acabou dificultando as possibilidades de participação no PAA no ano de 2015. Diante disso podemos perceber o quão se faz necessária a educação do/ no Campo tanto no sentido da visibilidade dessa temática como para suscitar debates para compreensão dos avanços e limites deste programa.

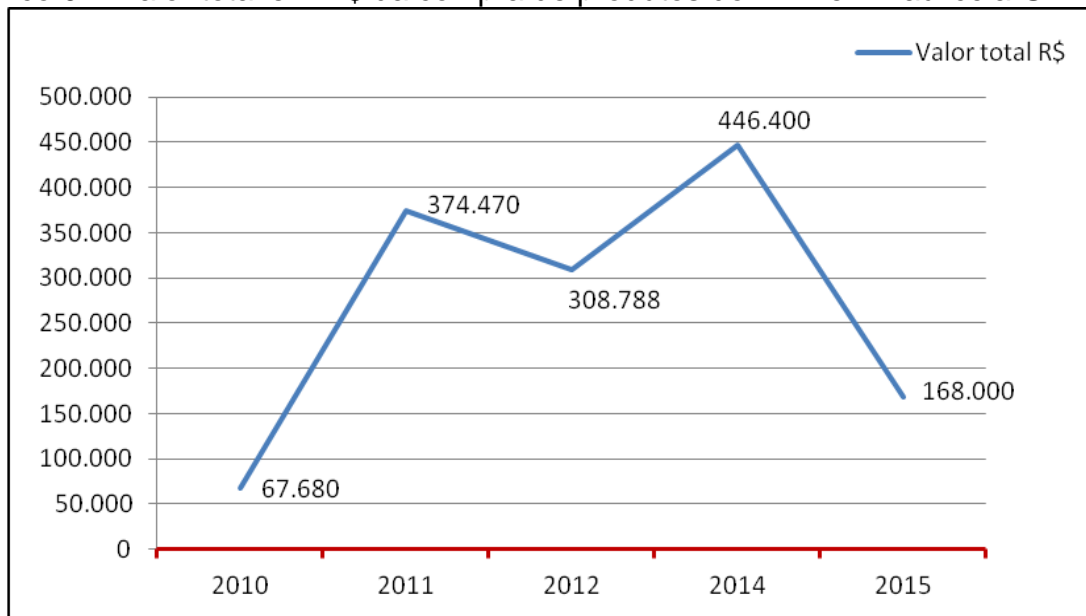
Observando os dados da tabela 02 e 03, também podemos observar a queda no valor total da compra de produtos do PAA no estado de SP no ano de 2014 em relação ao ano de 2015, bem como no município de Paulicéia, situação evidenciada nos Gráficos 03 e 04:

Gráfico 03 - Valor total em R\$ da compra de produtos do PAA no estado de SP



Fonte: Transparência do PAA-CONAB, 2016. Org.: GOMES, Guadalupe B. S.

Gráfico 04- Valor total em R\$ da compra de produtos do PAA em Paulicéia-SP



Fonte: Transparência do PAA-CONAB, 2016. Org.: GOMES, Guadalupe B. S.

Podemos observar nos gráficos 03 e 04 a queda no valor total da aquisição de produtos no programa em relação ao ano de 2014 para o ano de 2015 no estado

de SP bem como no município de Paulicéia, e segundo o autor esta queda também ocorre no PAA do país em razão de que:

Dessa forma, o PAA tem passado por período de transição em termos de sua implementação, por meio de normativas que também prevêm a execução mediante “Termo de Adesão” dos estados, municípios e Distrito Federal visando maior facilidade e continuidade em sua execução. Outro elemento que cabe destacar é o corte no repasse financeiro para o PAA, em queda desde o ano de 2015, reflexos da desaceleração econômica e da queda de arrecadação do Governo Federal, ou mesmo na mudança de prioridade na agenda governamental. A título de exemplo, no ano de 2014, a modalidade CPR-Doação teve aporte de 285,6 milhões de reais no país e reduziu para 238,3 milhões em 2015, redução de 16,1%. Esse fato, já pode ser observado nos municípios da Nova Alta Paulista, tanto para os agricultores familiares, associações de produtores rurais, como para as famílias e entidade beneficiárias, sendo o retardamento na renovação ou mesmo a negativa de projetos, sob a justificativa de cortes no volume dos recursos financeiros no PAA. (VELOSO, 2016, p. 04 e 05).

Observamos também que durante o período de 2010 a 2014, o PAA no município de Paulicéia atendeu em sua grande maioria entidades de outros municípios. Os produtos do PAA de Paulicéia foram destinados até o ano de 2014 para as entidades (escolas e creches municipais, projetos, prefeituras, grupos e núcleos de apoio, centros de recuperação e integração social, associações, fundos sociais municipais e entidades religiosas) dos municípios de Panorama, Ouro Verde, Santa Mercedes, Monte Castelo e Tupi Paulista. Já as entidades do município de Paulicéia que receberam produtos do PAA até o ano de 2014 foram apenas escolas e creches municipais e uma entidade religiosa.

Porém, observou-se também que os fornecedores dos alimentos, participantes das associações (entidades proponentes) do PAA em Paulicéia no período em questão, não eram somente oriundos da zona rural do próprio município. Conforme os dados da CONAB, algumas associações cadastradas no PAA em Paulicéia contou com a participação de fornecedores dos seguintes municípios: Dracena, Tupi Paulista, Monte Castelo e Santa Mercedes. Tal fato pode justificar o atendimento do PAA em Paulicéia às entidades de outros municípios, em se tratando da logística para a coleta dos produtos.

Em relação ao ano de 2015, o PAA no município de Paulicéia contou apenas com a participação de uma entidade proponente, a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Regência, composta por agricultores familiares e assentados da reforma agrária da zona rural do próprio município. As entidades consumidoras atendidas pelo programa em 2015 foram apenas o Fundo de Assistência Social do Município de Paulicéia e o Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Santa Mercedes. (CONAB, 2016)

A Tabela 04 a seguir apresenta os produtos entregues ao PAA no município de Paulicéia pela Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Regência no ano de 2015.

Tabela 04- Produtos entregues ao PAA em Paulicéia-SP pela Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Regência no ano de 2015

Produto	Quantidade em Kg
ABÓBORA> PAULISTA	7.152,00
ABÓBORA> SECA	6.229,00
ACEROLA> (Classificação sem características)	1.612,00
ALFACE> (Classificação sem características)	2.501,00
ALMEIRÃO> (Classificação sem características)	440
BANANA> MAÇÃ	200
BATATA> DOCE	7.281,00
BERINJELA> (Classificação sem características)	1.860,00
BETERRABA> (Classificação sem características)	300
CAJU> (Classificação sem características)	20
CARÁ> (Classificação sem características)	403
CEBOLINHA> (Classificação sem características)	230
CENOURA> (Classificação sem características)	150
CHEIRO VERDE> (Classificação sem características)	600
COCO> VERDE	1.050,00
COUVE> (Classificação sem características)	285
FEIJÃO> COMUM	370
JILÓ> REDONDO	520
LARANJA> PERA	540
LIMÃO> (Classificação sem características)	1.860,00

MAMÃO> FORMOSA	7.349,00
MANGA> HADEM	50
MAXIXE> (Classificação sem características)	3.501,00
MELANCIA> (Classificação sem características)	5.090,00
MOSTARDA> (Classificação sem características)	50
PIMENTA> CAMBUCI	580
PIMENTÃO> VERDE	655
PIMENTA> VERDE AMERICANA	110
QUIABO> (Classificação sem características)	3.493,00
RABANETE> (Classificação sem características)	100
RAIZ DE MANDIOCA> COM CASCA	13.752,00
SALSA> (Classificação sem características)	50
TANGERINA> PONKAN	540
TOMATE> CEREJA	2.811,00
TOMATE> (Classificação sem características)	500
UVA> NIAGARA ROSADA	4.261,00
VAGEM> FEIJÃO CORADO	3.140,00
VAGEM> MANTEIGA	420,00

Fonte: Transparência do PAA-CONAB, 2016. Org.: GOMES, Guadalupe B. S.

Em relação ao município de Paulicéia, os produtos entregues ao PAA pela Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Regência no ano de 2015 e entregues à entidade consumidora o Fundo de Assistência Social do Município de Paulicéia, foram destinados às famílias cadastradas no projeto “Alimente-se Bem” do próprio município, que segundo a coordenadoria social de Paulicéia, o projeto tem como objetivo oferecer uma alimentação saudável às famílias de baixa renda e também aquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade.

De acordo com as informações adquiridas diretamente na Coordenadoria Municipal de Assistência Social de Paulicéia, afirma-se que o projeto atende cerca de 100 famílias cadastradas seguindo os critérios adotados para participação que consiste em: situação socioeconômica (baixa renda), situação de doença crônica e/ou grave, crianças na família, gestantes e idosos.

Foi destacado que os funcionários do CRAS e do Órgão gestor são as equipes responsáveis pelo desenvolvimento do projeto, que acontece da seguinte

forma: A Prefeitura Municipal fornece um caminhão e funcionários (motorista, engenheiro agrônomo e coordenadora do CRAS) todas as terças – feiras que se desloca até o assentamento Regência, em um ponto de coleta previamente estipulado e acordado entre as partes envolvidas, para recolher os produtos. Cada produtor fornecedor é encarregado de levar os seus produtos até o ponto de coleta estipulado para realizar a entrega.

Quanto à retirada dos produtos pelas famílias, ocorrem todas as quintas–feiras na própria coordenadoria municipal, onde as famílias munidas de uma carteirinha com os seus dados pessoais, feita no ato do cadastro no projeto, recebem os alimentos.

A Figura 2 a seguir mostram como se dá a organização da distribuição dos produtos para as famílias cadastradas no projeto “Alimente-se Bem”.

Figura 2: Distribuição dos produtos no Projeto “Alimente-se Bem”



Fonte: Coordenadoria Municipal de Assistência Social de Paulicéia, 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações apresentadas divulgam os resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Paulicéia, no período de 2010 a 2015, demonstrando a importância do programa para o escoamento dos produtos oriundos da agricultura familiar e de assentamentos da reforma agrária, ao promover a garantia da comercialização dos alimentos produzidos e, por outro lado, ao destinar esses alimentos através de projetos para famílias de baixa renda. Deste modo, o PAA promove o acesso à alimentação e incentiva a agricultura familiar camponesa.

Foi possível perceber que as ações da CONAB são fundamentais na operacionalização do PAA, no tocante ao repassar as responsabilidades aos órgãos municipais de fazer a fiscalização e coleta dos produtos nos assentamentos em locais estipulados e acordados entre os participantes do programa.

Vale ressaltar que o município de Paulicéia passou por problemas referentes à coleta dos alimentos produzidos por falta de transporte, gerando assim dificuldades para a entrega dos alimentos no próprio município. Por conseguinte, os produtos foram destinados a entidades de outros municípios que enviavam caminhões fretados para fazer a coleta em locais definidos entre as partes. Não podemos afirmar se tal fato pode justificar um dos motivos pelo qual não houve participação de Paulicéia no programa no ano de 2013, pois os responsáveis pelas informações prestadas, nos órgãos municipais, não souberam informar os reais motivos pelo qual não houve participação do projeto no período em questão. O PAA foi retomado apenas no ano de 2014, quando a prefeitura municipal se responsabilizou pela coleta dos produtos.

Já a questão referente à queda na quantidade de associações participantes no PAA em 2015 – neste contou apenas com uma única associação -, relação aos anos anteriores, foi apontado que tal fato ocorreu pelas dificuldades de organização

que as associações tiveram para cumprimento dos contratos, impedindo a renovação da participação no programa. Diante disso, podemos perceber o quão se faz necessária uma Educação do/no Campo que valoriza e acompanha os problemas dos agricultores familiares, visto que no município não consta nenhuma unidade escolar na zona rural.

Apesar das quedas no PAA constatadas a nível nacional, segundo o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA, 2016), a Agricultura Camponesa é responsável pela produção de 70% dos alimentos consumidos pelo povo brasileiro. Diante disso, é importante destacar a importância da Soberania Alimentar, ou seja, poder escolher e saber de onde vem o alimento que vamos comer de forma consciente e saudável. Situação impossível quando se trata do modelo de produção voltado para o agronegócio, com o uso excessivo de agrotóxicos, mudanças genéticas praticada nas sementes, e, até mesmo, industrialização dos produtos oriundos da agricultura familiar praticadas pelas grandes indústrias de alimentos instaladas no país. Estas visam apenas o lucro e a produção em grandes escalas, sem se preocupar com os danos que podem causar em relação à saúde das pessoas. Enquanto que a agricultura familiar camponesa produz o alimento para sua sobrevivência e geração de excedente, ou seja, não tem a intenção de lucrar com a produção em escala, mas sim, a preocupação com a reprodução social da família camponesa via produção, consumo e venda de alimento. Este debate tem que ser feito pela Educação do/no Campo, pois discutir o alimento, quem produz e as políticas públicas de apoio, é o caminho para fortalecer a agricultura familiar camponesa.

De fato, essa pesquisa contribuiu para ampliar o conhecimento em relação ao funcionamento do PAA, visto que as informações adquiridas não são divulgadas rotineiramente pelos canais de comunicação.

Enfim, apesar dos percalços, podemos concluir que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) vem contribuindo para que a agricultura familiar do município de Paulicéia tenha a garantia do escoamento da produção para a geração de renda e incentivo à permanência do sujeito no campo, bem como vem garantindo a alimentação saudável para as famílias de baixa renda do município.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (Org.). **Educação do Campo**: fundamentos filosóficos, sociológicos, históricos, políticos e econômicos - Módulo III. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 2013.

ANTUNES, Maryna Vieira Martins; HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. **O programa de aquisição de alimentos no município de Dracena-sp**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.33, v.2, p.101-122, ago./dez.2011. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/viewFile/1929/1809>> Acesso em 12 de Setembro de 2016.

ARROYO, Miguel G; CALDART, Roseli S; MOLINA, Mônica C; (orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. **Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)**. Cartilha do PAA. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_06_17_10_21_02_cartilha_p.pdf> Acesso em 23 de julho de 2016.

BRASIL. **Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)**. O PAA como Fortalecedor do Cooperativismo e o Associativismo no Brasil. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_06_20_16_25_46_o_paa_como_fortalecedor_do_cooperativismo_e_o_associativismo_no_brasil.pdf> Acesso em 23 de julho de 2016.

BRASIL. **Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)**. Resultados das ações da Conab em 2015. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_02_02_16_00_42_acoes_da_conab_paa_2015.pdf> Acesso em 02 de Agosto de 2016.

BRASIL. **Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)**. Transparência Pública do PAA. Disponível em: <<http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta>> Acesso em 10 de maio de 2016.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS)**. PAA. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>> Acesso em: 10 de Setembro de 2016.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, 2016. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=353640&search=||in%20fogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>> Acesso em: 10 de Setembro de 2016.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O ensino da Geografia e a Questão Agrária nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental**. Dissertação de Mestrado em Geografia UFMS, Campus Aquidauana /MS, 2008.

GRISA, Catia; SCHMITT, Claudia Job; MATTEI, Lauro Francisco; MALUF, Renato Sergio; LEITE, Sergio Pereira. **Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar**. *Agriculturas*, v. 8 - n. 3, setembro de 2011, p. 37.

MEDEIROS, Gabriela Nogueira de & ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Estudo da Participação no Paa da Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento “20 De Março” Em Três Lagoas/MS no Tocante ao Impacto na Reprodução Social das Famílias Associadas**. Aluna do Curso de Direito da UFMS, bolsista de Iniciação Científica CNPq – PIBIC 2015/16. Professora da UFMS, Curso de Graduação e de pós-graduação em Geografia.

MOLINA, M. C. & JESUS, S. M. S. (orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004.

MOLINA, Mônica Castagna. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. 152 p.; 21 x 28 cm.

MPA. Soberania Alimentar: muito além da comida que vai para a mesa dos brasileiros. By Comunicação MPA, julho 25, 2016. Disponível em: <<http://mpabrasil.org.br/soberania-alimentar-muito-alem-da-comida-que-vai-para-a-mesa-dos-brasileiros/>> Acesso em 19 de setembro de 2016.

VELOSO, Fernando. **A importância do programa de aquisição de alimentos para as famílias e entidades beneficiárias na região da nova alta paulista**. Presidente Prudente 2016. Disponível em: <http://www.canal6.com.br/x_sem2016/artigos/2A-12.pdf> Acesso em 21 de Julho de 2016.

